

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

	No ta	2020	2019		No ta	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante		84.461	81.694	Circulante		17.150	7.966
Disponibilidades	3	202	581	Outras obrigações	9	16.158	7.966
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	29.030	28.703				
Títulos e valores mobiliários		-	-	Não circulante		992	3.563
Operações de crédito	5	47.737	44.020	Exigível a longo prazo			
Outros créditos	6	7.492	8.390	Outras obrigações	9	992	3.563
Não circulante		12.277	9.016	Patrimônio líquido	11	79.588	79.181
Realizável a longo prazo				Capital social		67.969	65.622
Operações de crédito	5	11.550	8.275	Reserva legal		6.590	5.867
Imobilizado de uso	7	245	207	Reserva para contingências		469	300
Intangível	8	482	534	Sobras acumuladas		4560	7.392
Total do ativo		96.738	90.710	Total do passivo e patrimônio líquido		90.738	90.710

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 30 de junho 2019 e 2020

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Ingressos da intermediação financeira		6.926	5.836
Operações de crédito		6.516	5.296
Aplicações interfinanceiras de liquidez		410	540
Dispêndios da intermediação financeira		(242)	(263)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(242)	(263)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.684	5.573
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(2.036)	(1.467)
Ingressos de prestação de serviços		14	28
Dispêndios administrativos	12	(1.152)	(738)
Dispêndios de pessoal e honorários		(893)	(751)
Dispêndios tributários		(5)	(6)
Outros ingressos operacionais			
Outros dispêndios operacionais			
Resultado operacional		4.648	4.106
Resultado não operacional		(7)	
Resultado antes da tributação		4.641	4.106
Imposto de renda e contribuição social		(4)	(9)
Resultado antes das participações estatutárias			
Participações estatutárias nas sobras		(77)	(109)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		4.560	3.988
Juros sobre o capital		-	-
Sobra líquida do exercício		4.560	3.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 30 de junho de 2019	60.589	5.364	300	3.988	70.241
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	-	-
Aumento de reserva com sobras	-	831	-	(831)	-
Reversão da reserva legal	-	(328)	-	(328)	-
Sobras de exercícios encerrados	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	9.561	-	-	-	9.561
Devoluções de capital	(4.528)	-	-	-	(4.528)
Juros sobre o capital	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	4.356	4.356
Destinação da reserva legal	-	-	-	-	-
FATES – cooperados	-	-	-	(415)	(415)
FATES - não cooperados	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.622	5.867	300	7.391	79.182
Aumento do FATES com sobras	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Aumento de reserva com sobras	-	722	-	(722)	-
Constituição de reserva para contingências	-	-	169	(169)	-
Integralizações de capital	9.812	-	-	-	9.812
Devoluções de capital	(7.464)	-	-	-	(7.464)
Reversão da reserva legal	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	4.569	4.569
Destinação da reserva legal	-	-	-	-	-
FATES – cooperados	-	-	-	-	-
FATES - não cooperados	-	-	-	(9)	(9)
Saldos em 30 de junho de 2020	67.970	6.589	469	4.560	79.590

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		
Sobra ajustada do exercício	4.886	9.388
Sobra líquida do exercício	4.601	8.344
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	242	561
Depreciações e amortizações	43	483
Aumento nos ativos	(6.338)	(2.753)
Operações de crédito	(7.236)	(1.517)
Outros créditos e outros valores e bens	898	(1.236)
Redução nos passivos	(920)	(7.574)
Outras obrigações	(920)	(7.574)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(28)	(169)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(28)	(169)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	2.348	8.604
Integralizações de capital	9.812	18.613
Devoluções de capital	(7.464)	(10.009)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	52	7.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.284	21.788
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.232	29.284

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPAtiva

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar - GPATIVA situada na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 3.172, foi constituída em 14 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 5.764/1971 pela Lei Complementar nº 130/2009 e das disposições da Lei 4.595/19464, e tem por objetivo a educação cooperativista e financeira dos seus associados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 30 de abril de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de reforma ampla e consolidação do Estatuto Social da Cooperativa para mudança de categoria de “Capital e empréstimo” para “Clássica”.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas





significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão por desvalorização de outros valores e bens, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

c.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos

em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

c.6 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

c.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

c.9 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

c.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a



possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.12 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

c.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social 15%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

c.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.



3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades	202	581
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	29.030	28.703
	29.232	29.284

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro (v)	29.030	28.703

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 410 em 06/2020 e R\$ 1.090 exercício 2019).





5 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Empréstimos	48.431	11.640	60.072	44.752	8.342	53.094
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(694)	(90)	(784)	(732)	(67)	(799)
	47.737	11.550	59.288	44.020	8.275	52.295

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de Provisão risco	%	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5		58.715	58.715	15	51.596	51.611
B	1,0						
C	3,0	402		402	17	461	478
D	10,00	305		305	20	254	274
E	30,0	170		170	22	192	214
F	50,0	110		110	19	99	118
G	70,0	93		93	25	53	78
H	100,0	276		276	119	202	321
		1.357	58.715	60.072	237	52.857	53.094

c Movimentação da provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(799)	(475)
Créditos baixados para prejuízo	257	237
Constituição da provisão	(242)	(561)
Saldo final	(784)	(799)

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 30 de junho de 2020 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 724 (R\$ 556 dezembro/ 2019).

Até junho/2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 96 (R\$ 50 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais.

6 Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento diversos		5
Títulos e créditos a receber (i)	7.468	8.378
Devedores diversos	24	7
	<u>7.492</u>	<u>8.390</u>

- (i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.



7 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Instalações	10%	144	(35)	109	117
Móveis e equipamentos de uso	10%	123	(25)	99	84
Sistema de processamento de dados	20%	45	(7)	38	6
		312	(67)	245	207

8 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Amortização Acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Software TESH	33%	538	(191)	347	301
Software - outros	20%	11	(5)	6	7
Projeto expansão	33%	580	(451)	129	226
		1.129	(647)	482	534



9 Outras obrigações

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cobrança e arrecadações de tributos e assem. (ii)	3.566	961	4.527	26	3563	3589
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	12.147	-	12.147	7.475	-	7.475
Cotas de capital a pagar	251	-	251	228	-	228
Provisão para participação nos lucros	-	-	-	-	-	-
	12.398	-	12.398	7.703	-	7.703
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	64	-	64	111	-	111
	63	-	63	111	-	111
Diversas:						
Obrigações por bens e direitos						
Provisão para pagamentos a efetuar	128	-	128	123	-	123
Provisão para contingências	-	31	31	-	-	-
Credores diversos no País	2	-	2	3	-	3
	130	31	161	126	3.563	3.689
	16.158	992	17.150	7.966	3.563	11.529

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b ii)).

(ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado no 1º semestre/2020 o montante de R\$ 961 e R\$ 3.563 no exercício de 2019. Referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.





A provisão está assim constituída:

Descrição	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-
Constituição	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.734
Constituição	1.829
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.563
Constituição	961
Saldos em 30 de junho de 2020	4.524

10 Passivos contingentes

A Cooperativa possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda é possível ou provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em 30 de junho de 2020. Por isso, foi constituída provisão de R\$ 31.000,00 divulgada nessa nota explicativa.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

11 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 90.327 cooperados em 30 de junho de 2020 e 92.139 em 31 de dezembro de 2019. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas quotas-partes.

No 1º semestre do exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.812.778 (R\$ 18.612.706 no exercício de 2019), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas em 2020, no montante de R\$ 7.464.879 (R\$ 10.008.872 no exercício de 2019), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 67.970 em 30 de junho de 2020 e de R\$ 65.622 em 31 de dezembro de 2019.

b Destinações legais e estatutárias

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:



Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício (base de cálculo das destinações)	4.560	8.344
Destinações estatutárias:		
Reserva legal 10% (i)		(831)
FATES 5% (ii)		(416)
Transferido para FATES (iii)		(33)
Reversão da reserva legal		328
Juros sobre o capital (iv)		-
Sobras de exercícios encerrados		-
Sobras à disposição da Assembleia Geral		7.392

(i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

(ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados da Cooperativa, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10 (i))

(iii) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2019, não houve pagamento de juros sobre o capital.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de junho de 2020, foi aprovada a destinação no montante de R\$ 6.500 das sobras acumuladas do exercício de 2019 para o FATES, R\$ 169 para constituição de reserva para contingências e o restante de R\$ 722 para aumento da reserva legal.

d Reserva para contingências

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de junho de 2020, foi aprovada a constituição de reserva para contingências no montante estimado de um milhão de reais, formada através da destinação de R\$ 169 das sobras líquidas apuradas no exercício de 2019 e o restante das sobras líquidas apuradas dos exercícios sociais futuros da Cooperativa, para fazer frente a eventual necessidade de recursos para pagamento de tributos e multas devido à recuperação de créditos tributários ainda não homologados.



12 Dispêndios administrativos

Descrição	2020	2019
Serviços técnicos especializados	(230)	(105)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(160)	(190)
Depreciações e amortizações	(257)	(111)
Despesas OCESP	(140)	(109)
Outros	(365)	(223)
	(1.152)	(738)

13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

14 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



15 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive pessoas jurídicas à elas ligadas, diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Conselho de Administração

	2020	Total da Conta	%/Total	2019	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	-	65.621	-	-	57.018	-
	-		-	-		-

Diretoria

	2020	Total da Conta	%/Total	2019	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-	53.094	-	-	51.814	-
Capital Social	-	65.621	-	-	57.018	-
	-		-	-		-

Gerência

	2020	Total da Conta	%/Total	2019	Total da Conta	%/Total
Empréstimos	-		-	-		-
Capital Social	1	3	-	1	2	-
	-		-	-		-

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a



Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

16 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

a Risco operacional

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

b Diretoria Executiva

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

c Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

d Gestor de Risco Operacional

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

e Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

f Diretoria Executiva

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

g Diretor Responsável

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

h Gestor de Risco de Mercado

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

i Risco de crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

j Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro

k Risco socioambiental – PRSA

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

l Risco de Capital

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

Sandra Camargo Vicari
Presidente do conselho de administração

Valeria Machado da Costa Mesquita
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3